

Plano Cruzado tem apoio em todos os partidos

Se a formulação da nova Constituição brasileira dependesse das idéias dos 60 candidatos a deputado federal submetidos na semana passada a uma enquete do GLOBO, o modelo econômico implantado através do Plano Cruzado, o direito de greve, a reforma agrária, o controle do Estado sobre o abastecimento, o controle da natalidade e o repúdio à pena de morte seriam teses predominantes e vitoriosas na Assembléia Nacional Constituinte. Dos 847 candidatos a deputado federal pelo Rio de Janeiro, foram ouvidos 21 do PMDB, 13 do PDT, 11 do PFL, quatro do PTB, três do PL, três do PT, dois do PSB, dois do PDS e um do PCB.

A aprovação do Plano Cruzado chega a 96 por cento. Apenas dois candidatos — Benedita da Silva e Wladimir Palmeira, ambos do PT — são contra todas as medidas do Plano Cruzado. Os demais concordam pelo menos com parte do modelo implantado pelo Governo e 14 apóiam todas as medidas adotadas. Trinta e três candidatos (55 por cento) apóiam o Plano — total ou parcialmente —, mas defendem uma modificação: a concessão de reajustes salariais sempre que a inflação atingir 10 por cento (atualmente o gatilho do reajuste salarial é disparado quando a inflação chega a 20 por cento).

A maior coincidência de opiniões ocorre em relação à necessidade da reforma agrária: ela é defendida por todos os 60 candidatos. Eles divergem, no entanto, quanto à forma de executá-la: 57 por cento defendem a reforma em latifúndios improdutivos, 15 por cento também nos latifúndios produtivos, 56 por cento em áreas de conflito e 21 por cento em áreas de conflito. A soma das percentagens ultrapassa 100 por cento porque os candidatos tinham direito a mais de uma opção.

O greve é um direito que deve ser assegurado ao trabalhador, segundo a totalidade dos entrevistados. A maioria — 81 por cento — concorda com a greve como um direito de todas as categorias, enquanto 16 por cento acham que ela não deve ser permitida aos que trabalham em setores essenciais e um candidato só aceita a paralisação do trabalho no setor privado e igualmente em áreas de produção não essenciais.

Outra questão que apresentou grande índice de coincidência é a pena de morte. Ela é repudiada por 51 candidatos (85 por cento). Seis defendem a pena de morte em casos de latrocínio, estupro e assalto com violência, um apenas em caso de violência sexual, um em caso de latrocínio e um em caso de assalto com violência.

O controle da natalidade e o planejamento familiar também são assuntos consensuais entre a maioria dos candidatos. Três candidatos chegam a defender a distribuição, pelo Estado, de pílulas e outro contraceptivos. Seis acham que o Estado deve estimular o controle da natalidade e a maioria — 48 por cento — entende que o Governo deve promover a

Reforma agrária e controle da natalidade são temas importantes para futuro debate

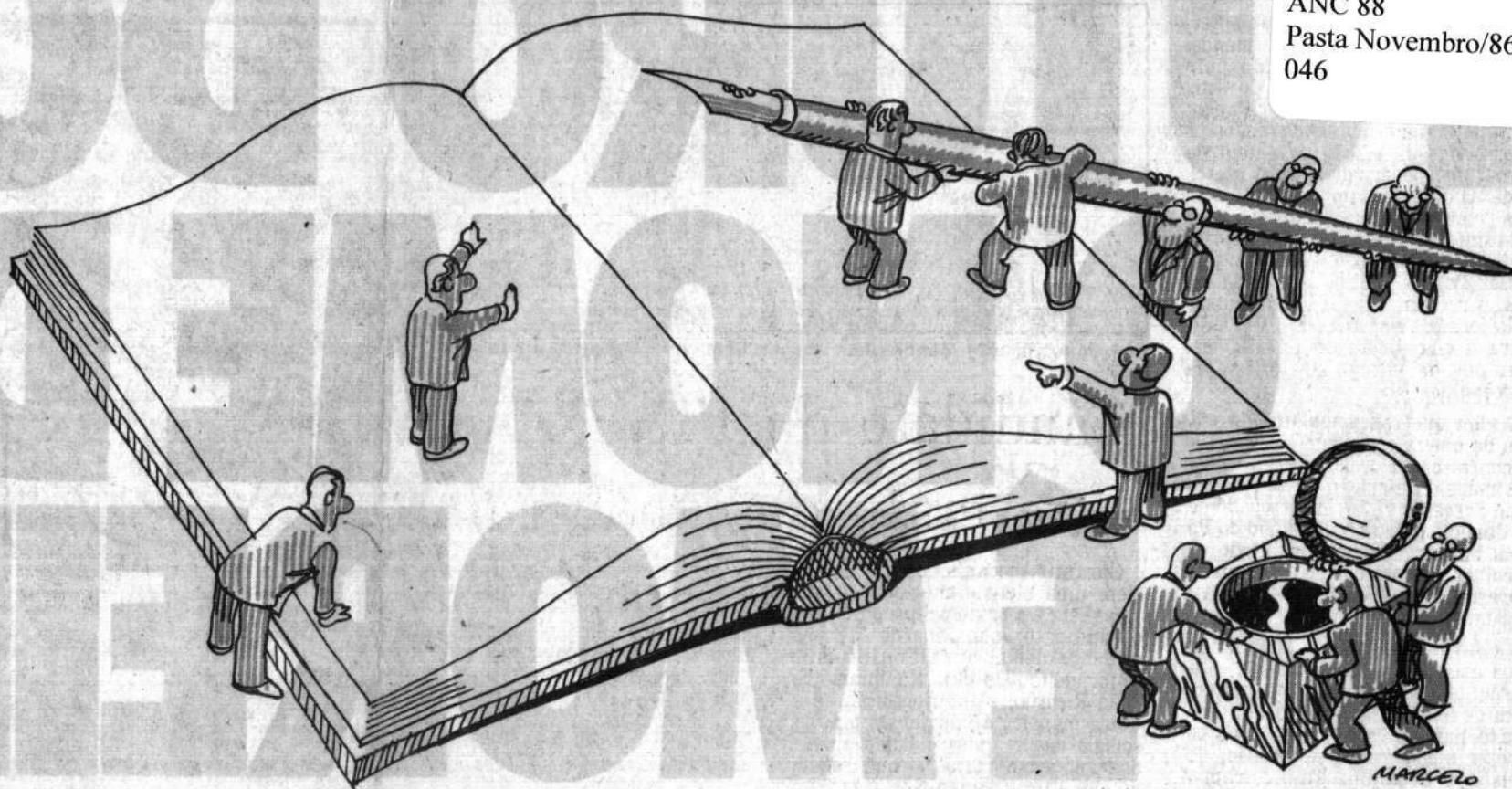
conscientização das famílias sobre métodos e necessidade do planejamento familiar. Apenas 13 candidatos (21 por cento) repelem qualquer interferência do Estado na questão. Em alguns temas, no entanto, é flagrante a divisão de opiniões. Quase a metade dos candidatos — 48 por cento — é a favor da manutenção do presidencialismo como forma de Governo. O parlamentarismo é defendido por 21 por cento dos postulantes à Constituinte, enquanto 28 por cento propõem um sistema misto, com Primeiro-Ministro eleito pelo Parlamento e Presidente da República eleito pelo voto popular, como na França.

Em temas sobre comportamento, a enquete revela mudanças no pensamento médio dos políticos. Apenas 11 por cento deles se manifestaram peremptoriamente contra a legalização do aborto, em qualquer circunstância, enquanto 35 por cento disseram que propugnam a legalização do aborto, como um direito e opção da mulher. Dos 60 entrevistados, 37 por cento admitem o aborto em casos como gravidez resultante de estupro e de risco de vida para a mãe ou de anomalias congênicas no feto.

Quando o assunto é o uso de drogas, os candidatos ouvidos pelo GLOBO são menos condescendentes: 58 por cento dos entrevistados repudiam qualquer tipo de tolerância com a maconha, tanto em relação ao tráfico quanto à sua utilização, enquanto 35 por cento defendem a descriminalização da maconha, apenas para os usuários.

A privatização da economia também é um tema que divide os candidatos. Apenas 6 por cento defendem a privatização geral da economia, contra 56 por cento que aceitam o predomínio do Estado em áreas econômicas de interesse da segurança nacional e 40 por cento que admitem a interferência do Estado em atividades com finalidade social. Treze por cento dos candidatos são contra qualquer privatização.

Se depender da vontade dos 60 candidatos consultados pelo GLOBO, o Governo agiria sempre com rigor contra os empresários que especulam com mercadorias. Dos entrevistados, 51 por cento defendem o enquadramento criminal dos que especulam com qualquer tipo de produto, enquanto 20 por cento acham que devem ser punidos criminalmente os que especulam com generos de primeira necessidade. Apenas 3 por cento dos candidatos entendem que não deve haver qualquer interferência do Estado no abastecimento.



ANC 88
Pasta Novembro/86
046

Candidatos ao Senado repudiam adoção da pena de morte na nova Constituição

Caso os dois Senadores eleitos pelo Rio de Janeiro sábado estejam entre os dez candidatos submetidos pelo GLOBO, semana passada, a uma enquete sobre temas nacionais, já se pode conhecer de antemão pelo menos uma bandeira a ser defendida por eles na Assembléia Nacional Constituinte: o repúdio à adoção da pena de morte. Os dois eleitos também seriam certamente defensores de pelo menos algumas medidas adotadas no modelo econômico adotado através do Plano Cruzado.

Dos 19 candidatos que disputam duas das três vagas a que o Estado do Rio tem direito no Senado, responderam ao questionário Afonso Arinos e Hydeckel de Freitas, do PFL; Demisthóclides Batista, do PT; Evandro Lins e Silva, do PSB; Hélio Ferraz, do PL; Hércules Corrêa, do PCB; José Colagrossi e Nelson Carneiro, do PMDB; e José Frejat e Marcelo Alencar, do PDT.

O mandato de seis anos para Sarney é defendido por 20 por cento dos candidatos, enquanto 30 por cento acham que a Constituinte deve convocar logo eleições diretas para Presidente. Dos entrevistados, 20 por

Divergências surgem quanto à fixação do prazo de mandato do Presidente José Sarney

cento preferem que o mandato seja de quatro anos, com direito à reeleição, e os 30 por cento restantes querem que Sarney permaneça por quatro anos como Chefe do Executivo, mas sem direito de se reeleger. Metade dos candidatos quer o presidencialismo como forma de Governo, 40 por cento advogam o regime misto, e apenas um dos entrevistados respondeu que é a favor do parlamentarismo.

Outro tema político, a reforma agrária, obteve o consenso, quando aplicada somente em latifúndios improdutivos. Já 50 por cento acham que o benefício deve ser estendido para terras devolutas e 30 por cento querem a reforma também em áreas onde há conflito pela posse da terra. Somente 20 por cento querem a re-

forma em latifúndios produtivos. Um dos candidatos respondeu que é favorável à desapropriação para fins sociais.

Ninguém se mostrou totalmente contrário às medidas econômicas tomadas pelo Governo. Responderam que são a favor de todas as medidas do Plano Cruzado 30-as medidas do Plano Cruzado 30 por cento, 40 por cento disseram que são favoráveis, com reajustes de salário a cada vez que a inflação atingir dez por cento, enquanto 30 por cento informaram que são a favor apenas do congelamento de preços.

Na questão do abastecimento, todos acham que os especuladores devem ser penalizados, sendo que 80 por cento querem o enquadramento criminal dos que especulam e 70 por cento são favoráveis também ao confisco das mercadorias retidas.

Sobre a política nuclear, metade dos candidatos se mostrou favorável à desativação de Angra I e a interrupção do resto do programa. Um dos entrevistados disse que é favorável à construção de todas as usinas previstas no programa nuclear bra-

sileiro, enquanto 20 por cento querem a conclusão apenas de Angra II. Um dos candidatos acha que esse é um problema a ser resolvido pelo Presidente da República e sua equipe de especialistas na matéria e outro concorrente é a favor da desativação de todo o programa nuclear.

A privatização da economia é defendida por 60 por cento dos candidatos. Os 40 por cento restantes são contrários a desestatização.

Quanto ao controle da natalidade, 30 por cento disseram que são contrários a qualquer interferência do Estado e 70 por cento se mostraram favoráveis à conscientização sobre o planejamento familiar.

Em relação à questão da maconha, 60 por cento se mostraram favoráveis à descriminalização do uso, com a punição dos traficantes. Outros 30 por cento disseram que não se deve ter qualquer tolerância com esse tipo de droga e um dos candidatos acha que o usuário deve ser considerado infrator na área de saúde pública, sendo o produtor e traficante enquadrados como criminosos.